

Os sindicatos da educação e do trabalho de Gana unem-se a organizações da sociedade civil para enfrentar o FMI¹

Ghana's education and labour unions join civil society organisations to take on the IMF

Los sindicatos de la educación y el trabajo de Ghana se asocian con organizaciones de la sociedad civil para hacer frente al FMI

 CAROL ANNE SPREEN*

Universidade de Nova York, Estados Unidos

 SHARI-LEE CARTER**

Universidade de Nova York, Estados Unidos

RESUMO: Este artigo explica como uma série de greves de educadores/as em Gana, em 2022, levou a uma maior conscientização e a reivindicações de justiça tributária e remissão da dívida externa por parte de um movimento crescente de trabalhadores/as do setor público e de organizações da sociedade civil. Mapeamos como as questões e reivindicações dos sindicatos docentes e de outros/as trabalhadores/as do setor público se transformaram e se ampliaram ao longo do tempo, trazendo um novo imaginário público para criticar políticas de austeridade impulsionadas pelo FMI, construir e se conectar a campanhas globais pela remissão das dívidas e apontar novas possibilidades para geração de receitas fiscais nacionais com estabilidade no setor público. Analisamos a evolução das estratégias das greves de educadores/as e mostramos como os sindicatos estão se unindo a outras organizações da sociedade civil e grupos de pressão para enfrentar políticas governamentais de austeridade fiscal que afetam não apenas suas escolas e salas de aula, mas também

* Departamento de Estatística Aplicada, Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova York, Nova York, EUA. E-mail: <spreen@nyu.edu>.

** Departamento de Estatística Aplicada, Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova York, Nova York, EUA. E-mail: <scc9197@nyu.edu>.

suas vidas e meios de subsistência. Este estudo de caso, que descreve o que os sindicatos docentes ganeses estão fazendo para mobilizar membros a fim de aprender mais sobre e contestar políticas de austeridade, destaca a importância do conhecimento entre trabalhadores/as do setor público, sua compreensão e seu engajamento com políticas macroeconômicas governamentais, além da proposição de soluções alternativas.

Palavras-chave: Greves docentes. Sindicatos. Reestruturação da dívida. Austeridade. Macroeconomia. FMI.

ABSTRACT: This article will explain how a series of educator strikes in 2022 in Ghana led to increased awareness of and calls for tax justice and debt relief from a growing movement of public sector workers and civil society organisations. We chart how the issues and demands of teacher organisations and other public sector workers shifted and increased over time, bringing in a new public imaginary to critique IMF driven austerity policies, build and link to global campaigns around debt relief, and signal new possibilities for generating more state domestic public sector tax revenues. We examine the evolving strategies of growing educator strikes and show how unions are joining together with other civil society and advocacy groups to challenge fiscal austerity and government policies that affect not only their schools and classrooms but their lives and livelihoods. This case describes what Ghanaian teacher unions are doing to organise members to learn about and challenge austerity policies highlighting the importance of public sector workers' knowledge, understanding and engaging governmental macro-economic policies and offering alternative solutions.

Keywords: Teacher-strikes. Unions. Debt-restructuring. Austerity. Macroeconomics. IMF.

RESUMEN: Este artículo explica cómo una serie de huelgas de educadores/as en Ghana en 2022 condujo a una mayor conciencia y a demandas de justicia fiscal y de la remisión de la deuda externa por parte de un creciente movimiento de trabajadores/as del sector público y de organizaciones de la sociedad civil. Mapeamos cómo los problemas y las demandas de los sindicatos de docentes y otros/as trabajadores/as del sector público se han transformado y ampliado con el tiempo, aportando una nueva imaginación pública para criticar las políticas de austeridad impulsadas por el FMI, construir y conectarse con campañas mundiales

para la remisión de las deudas y señalar nuevas posibilidades para generar ingresos fiscales nacionales con estabilidad en el sector público. Analizamos la evolución de las estrategias de huelga de educadores/as y mostramos cómo los sindicatos se están asociando con otras organizaciones de la sociedad civil y grupos de presión para hacer frente a las políticas gubernamentales de austeridad fiscal que afectan no solo a sus escuelas y aulas, sino también a sus vidas y medios de subsistencia. Este estudio de caso, que describe lo que los sindicatos docentes de Ghana están haciendo para movilizar a los miembros/as para aprender más sobre y rebatir las políticas de austeridad, destaca la importancia del conocimiento entre los/as trabajadores/as del sector público, su comprensión y compromiso con las políticas macroeconómicas del gobierno, y la propuesta de soluciones alternativas.

Palabras clave: Huelgas docentes. Sindicatos. Reestructuración de deuda. Austeridad. Macroeconomía. FMI.

Introdução

A situação econômica de Gana já era desoladora desde antes do início da pandemia da Covid em 2020. Com a pandemia, só fez piorar. Em 2021 a inflação estava em 30%, o que aumentou o custo de vida de bens e serviços básicos, como óleo de cozinha e arroz (mais de 60%), eletricidade e diesel (entre 50 e 99%). Ao longo da pandemia, os preços dos alimentos e da energia continuaram em ascensão vertiginosa, sendo que a inflação ao consumidor atingiu 54,1% em dezembro de 2022 (SINGH, 2022).

Além da devastação causada pelas mudanças econômicas globais relacionadas à pandemia, Gana tem gastado 128% de sua receita nacional com salários do setor público e amortização da dívida externa, e a relação dívida externa/PIB do país é de 97% (Relatório do FMI n. 2023/168, de 17 de maio de 2023). Em 2023, as reservas internacionais de Gana caíram para menos de dois meses de cobertura de importações. Outra questão que Gana enfrenta atualmente é a geração de receitas locais por meio de impostos domésticos e a falta geral de fiscalização tributária no país. Até o momento, o governo não conseguiu arrecadar nem uma quantia mínima de receitas internas, enquanto defensores/as da justiça tributária sugerem que o país deve melhorar a fiscalização e coibir fluxos financeiros ilícitos, além de usar abordagens com maior tecnologia, como sistemas automatizados de declaração de renda e pagamento de impostos, e a criação de sistemas eficientes de gerenciamento de dados para os impostos.

Neste artigo investigamos o impacto da amortização da dívida externa na vida e no trabalho de professores/as e a formação de coalizões para lidar com a questão da dívida através da remissão e de estruturas tributárias mais competentes. O trabalho incluiu diversas revisões de relatórios de ONGs internacionais e organizações de ajuda humanitária sobre Gana, a compilação e revisão de artigos acadêmicos e notícias sobre greves docentes e ações trabalhistas em geral, a revisão e análise de sites e blogs de organizações docentes e, quando possível, entrevistas com lideranças de sindicatos de educação ganeses e estrangeiras, além de organizações globais de aliança tributária.

De 2007 a 2012 a amortização da dívida externa do governo de Gana representava cerca de 5% de sua receita, mas subiu para mais de 40% em 2021, ultrapassando o limite do Fundo Monetário Internacional – FMI para a sustentabilidade da dívida: 18% da receita governamental (DEBT JUSTICE, 2022). Em julho de 2022, o governo de Gana iniciou negociações com o FMI para buscar o resgate financeiro em meio à grave crise econômica (AKORLIE, 2022). Gana se tornou o país mais recente a entrar em inadimplência e buscar uma reestruturação da dívida. Em 2023 deverá pagar US\$ 1 bilhão em juros ao exterior, sendo que 90% desse montante será destinado a credores privados (Relatório do FMI n. 2023/168, 17 de maio de 2023).

À luz da crise econômica os sindicatos e os movimentos de educadores/as de Gana iniciaram uma série de greves em todo o país, exigindo o fim das negociações com o FMI (SINGH, 2022). Os/As manifestantes argumentaram que o pacote de resgate do FMI não aliviará os problemas estruturais profundamente arraigados da economia ganesa (SINGH, 2022). Muitos grupos da sociedade civil, liderados pelo Movimento Socialista de Gana – SMG (sigla em inglês), se uniram a outros/as trabalhadores/as do setor público, sindicatos e outras organizações para rejeitar o envolvimento do governo com o FMI. Uma declaração dos/das manifestantes dizia:

A crise em que a economia ganesa mergulhou é apenas um sintoma do colapso da ordem neoliberal que tem sido diligentemente imposta pelo FMI, pelo Banco Mundial, pelos centros do poder nas metrópoles coloniais e pelo regime neocolonial espalhado por África, Ásia, América do Sul e outros lugares [que é atribuído à] privatização desenfreada e doutrinária das empresas estatais, à retirada de subsídios aos serviços sociais, à desvalorização imprudente das moedas nacionais e à redução maciça da mão de obra no setor público (SINGH, 2022).

Essas greves ocorreram num contexto de crescente pobreza e insegurança econômica (incluindo o aprofundamento da exclusão e marginalização da maioria dos/das cidadãos/ãs ganeses/as — 70% dos/das quais trabalham no setor informal, que também foi devastado pela Covid). Havia igualmente uma frustração geral com o fracasso absoluto do governo em lidar com a crise econômica ou em buscar um plano econômico mais justo que fortalecesse as políticas fiscais e defendesse a redução da dívida externa. O SMG apontou que “nos últimos 30 anos, o FMI implementou programas como os de

Recuperação Econômica e Ajuste Estrutural, que não conseguiram resolver as condições devastadoras impostas aos/as trabalhadores/as” (MOVIMENTO SOCIALISTA DE GANA, *apud* SINGH, 2022).

Em 2021 uma pesquisa realizada pela ActionAid, pela Public Services International e pela Education International descobriu que “em apenas 15 países, as medidas de austeridade impostas pelo FMI entre 2016 e 2021 barraram a contratação de mais de três milhões de enfermeiros/as, professores/as e outros/as trabalhadores/as essenciais do setor público”, o que prejudica significativamente os resultados em saúde e educação, especialmente no Sul global (ARCHER e SAALBRINK, 2021). Para agravar a situação, os cortes drásticos nos salários do funcionalismo público também tiveram efeito prejudicial sobre a qualidade dos cuidados e sobre a prestação de serviços públicos básicos. Esses cortes afetaram sobretudo as mulheres e foram aplicados com frequência a serviços como creches, educação, saúde sexual e reprodutiva e direitos individuais (ACTIONAID, 2023).

As seções subsequentes deste artigo explicarão com mais detalhes como uma série de greves iniciada em 2022 levou a uma maior conscientização e a demandas de justiça tributária e remissão da dívida por parte dos/das trabalhadores/as do setor público e das organizações da sociedade civil. Elas mostram como as questões e reivindicações das organizações docentes mudaram e cresceram ao longo do tempo, trazendo um novo imaginário público para criticar as políticas de austeridade do FMI, construir campanhas em torno da remissão da dívida e criar novas possibilidades para uma fonte mais estável de receitas do setor público por meio de reformas tributárias.

A organização do setor público e dos/das educadores/as contra a austeridade

Ao longo de 2022 os/as professores de Gana entraram em greve nacional várias vezes: em 4 de julho, em 22 de novembro e mais uma vez em dezembro, quando se juntaram a outros/as funcionários/as do setor público em greve nacional, após o governo ter começado a implantar sua proposta de um Programa de Reestruturação da Dívida impulsionado pelo FMI. Greves e protestos são incomuns num país que era considerado relativamente estável, em que o governo valorizava o setor público, e com poucos protestos trabalhistas nas últimas décadas. No entanto, a partir de julho, os/as educadores/as organizaram uma série de greves para reivindicar o Subsídio de Custo de Vida – COLA (sigla em inglês), que deveria ajudar temporariamente os/as funcionários/as públicos/as em meio à inflação galopante e à incerteza econômica crescente (suas campanhas eram uma reação específica às condições do empréstimo do FMI e às novas medidas de austeridade relacionadas à amortização da dívida). Em novembro, mais uma vez, os/as professores/as continuaram as greves, que passaram a incluir novas reivindicações em torno de políticas e de planejamento da educação, e se concentraram na oposição à nomeação do

novo Diretor Geral do Serviço de Educação de Gana – GES, um empresário visto como alguém que não tinha nada a ver com a educação. Então, em dezembro foram convocadas greves contra a proposta do Ministro das Finanças de cortar os fundos de pensão do setor público para pagar o Programa de Reestruturação da Dívida – PED, uma medida para reduzir o peso da dívida externa e combater os desafios fiscais do país.

É importante ressaltar que essas campanhas e ações distintas incluíram uma série de membros de diferentes organizações de educadores/as, entre as quais: Associação Nacional de Professores/as de Gana – GNAT, Associação Nacional de Professores/as Graduados/as – NAGRAT, Sindicato dos/das Professores/as e Trabalhadores/as da Educação do Congresso Sindical – TUC e Coalizão da Associação de Professores/as Engajados/as de Gana (SINGH, 2022). Embora essas organizações de educadores/as compartilhem o objetivo comum de defender melhores condições para a profissão docente em Gana, elas diferem em focos e estratégias. A GNAT, por exemplo, foi o maior sindicato de professores/as durante décadas e já foi considerada “o único órgão representativo dos/das professores/as ganeses/as que lecionam no nível pré-universitário”; no entanto, divergências internas na GNAT, especificamente em relação a questões que afetavam os/as professores/as graduados/as, levaram a uma cisão e à criação da Associação Nacional de Professores/as Graduados/as – NAGRAT. Os/As professores/as graduados/as estavam insatisfeitos/as por serem agrupados/as com professores/as não graduados/as na GNAT. Eles/Elas acreditavam que a GNAT não estava dando a devida atenção aos baixos salários e as más condições de trabalho de seus membros graduados/as, se concentrando nos/nas professores/as do nível pré-universitário, que constituíam a maioria de seus membros (AMOAKO, 2014). Depois disso, a Coalizão do Sindicato dos/das Professores/as Engajados/as – CCT surgiu a partir de um grupo de professores/as dentro da GNAT e da NAGRAT que estavam insatisfeitos/as com as negociações dos sindicatos quanto aos salários docentes, às condições de trabalho e ao bônus de permanência na Estrutura Salarial Única entre 2010 e 2011. “O grupo afirmava veementemente que os sindicatos tinham um desempenho péssimo na defesa dos seus interesses” e considerou adequado criar um novo sindicato que abordasse adequadamente os seus interesses e casos (BOATENG, 2023; OFORI, 2020). Com o tempo, esses sindicatos começaram a construir alianças não apenas entre si, mas também com outros sindicatos do setor público e, por fim, trabalharam com organizações da sociedade civil para lutar contra a austeridade fiscal, o FMI e as negociações da dívida. Conforme explicaremos em mais detalhes, essa onda de agitação trabalhista no país cresceu constantemente ao longo de 2022 e continuou em 2023.

Greve por um salário digno

A principal razão pela qual os/as professores/as entraram em greve em julho foi o não pagamento, por parte do governo, de pelo menos 20% do Subsídio de Custo de Vida – COLA que havia sido prometido ao funcionalismo público (GHANA BUSINESS NEWS, 2022; OWUSU, 2022). Dadas a baixa receita tributária e a amortização da dívida externa devido à recessão econômica global e à inflação galopante, conforme explicado, combinadas com o fato de que os salários dos/das professores/as já constituíam uma parte substancial do orçamento da educação, havia pouquíssimo espaço para o governo aumentar os salários dos/das docentes. Reconhecendo a limitação dos recursos orçamentários do governo, os sindicatos docentes defenderam, em vez disso, um pequeno aumento do COLA, que poderia ser um alívio de curto prazo para professores/as e outros/as funcionários/as do setor público durante um período em que não era possível fazer aumentos salariais imediatos de longo prazo.

Ao longo do mês de junho, o governo prometeu iniciativas para lidar com a inflação descontrolada e concordou em ajudar os/as funcionários/as públicos. Após meses de negociações, porém, o impasse permaneceu. Como o governo não cumpriu o prazo estabelecido pelas lideranças sindicais durante os meses de negociações, os sindicatos docentes de Gana declararam greve nacional por tempo indeterminado pelo não pagamento do Subsídio de Custo de Vida.

A greve por pressão e representação

Então, em novembro de 2022, os três sindicatos docentes, a Associação Nacional de Professores/as de Gana – GNAT, a Associação Nacional de Professores/as Graduados/as – NAGRAT e a Coalizão de Professores/as Engajados/as de Gana – CCT declararam a segunda greve, sobretudo porque queriam que o governo revogasse a nomeação do novo diretor-geral do Serviço de Educação de Gana – GES, mas também por causa das condições de trabalho e questões de confiança.

Com uma característica incomum nas greves trabalhistas, os sindicatos docentes se organizaram para registrar sua indignação contra o governo ter nomeado um banqueiro, o Dr. Eric Nkansah, como novo diretor geral – DG do GES. Muitos/as mobilizadores/as da educação acreditavam que um/uma educador/a (por exemplo, “uma pessoa que avançou na carreira e está qualificada para ocupar o cargo”) deveria ter sido nomeado/a DG. De acordo com as lideranças dos sindicatos docentes, “a nomeação de um banqueiro em vez de um/uma educador/a pode ser a manifestação da falta de confiança nos/nas professores/as para gerir seus próprios temas” (EDUCANDGHANA, 2022). Embora isso possa parecer insignificante, a indignação teve origem na “desconfiança entre os/as professores/as”, combinada com

a destituição do diretor geral anterior do GES, o professor Opoku Amankwa, que era forte aliado e defensor dos sindicatos docentes e conhecido por criticar abertamente o governo pela sua incapacidade de resolver as condições relacionadas com o serviço e as condições de trabalho de professores/as (ODONKOR, 2022).

Em meio aos protestos, os/as educadores/as exigiram e reiteraram as políticas do DG Amankwa, que se concentravam na melhoria das condições de trabalho, incluindo subsídios para vestuário, saúde, transporte e aluguel (EDUCANDGHANA, 2022). Algumas das críticas e reivindicações de maior importância da greve incluíram: a incapacidade do GES de promover e atualizar professores/as qualificados/as; a incapacidade do GES de pagar subsídios para manutenção de automóveis e subsídios para áreas carentes; mudança de semestres para trimestres com períodos de 40 minutos; problemas com a acumulação de pontos de Desenvolvimento Profissional Contínuo; limite de promoção por falta de vagas; exigência de distribuição de laptops e reembolso de 44 cedis e 55 pesewas (o subsídio de desenvolvimento profissional – PDA de 2022 para a compra de computadores e acesso à Internet) (EDUCANDGHANA, 2022). Todas as reivindicações eram metas-padrão de negociação, e os benefícios estavam em consonância com os acordos coletivos da GES que já existiam sob a liderança do DG Amankwa.

Após uma reunião fracassada no início de novembro entre a Comissão Nacional do Trabalho – NLC, o Ministério do Emprego e Relações Trabalhistas e representantes dos sindicatos docentes, o Ministério da Educação estabeleceu um prazo até meados de novembro para encerrar a greve, sob a ameaça de fechar escolas e universidades. O Ministério do Emprego levou os sindicatos aos tribunais quando esses se recusaram a cancelar a greve. No final do mês, após a Comissão Nacional do Trabalho – NLC obter uma liminar, o Tribunal ordenou aos/as mobilizadores/as que suspendessem a greve em curso, que terminou sem uma resolução (ANTWI, 2022).

Greves contra a austeridade

A ação judicial do Conselho Nacional do Trabalho, porém, não acabou com o ímpeto da greve. Em dezembro de 2022, os sindicatos organizaram uma nova greve, à qual se juntaram os sindicatos docentes e outros/as trabalhadores/as do setor público, mais uma vez relacionada à amortização da dívida e às prescrições do FMI, junto a cortes nos salários e benefícios dos/das trabalhadores/as do setor público – desta vez, visando os fundos de pensão. Os números da Depositária Central de Títulos mostram que os fundos de pensão do funcionalismo público representam cerca de 6% da dívida interna do governo (CENTRAL SECURITIES DEPOSITORY, 2023). De acordo com a proposta do Programa de Reestruturação da Dívida – PED, uma das medidas que o FMI exigia para reduzir o peso da dívida e enfrentar os desafios fiscais era que o governo cortasse verbas dos

programas de pensão do setor público para pagar a dívida externa. No âmbito do PED proposto, detentores/as de títulos nacionais sofreriam cortes drásticos nas taxas de juro dos seus investimentos e a perda de até 30% dos seus fundos de pensão. Em 27 de dezembro, depois que o Ministro das Finanças de Gana assinou formalmente e implementou o PED mais recente com o FMI, os sindicatos declararam greve por tempo indeterminado.

Essa greve de trabalhadores/as, organizada em nível nacional, incluiu sindicatos da educação e outros, como a Associação Médica de Gana, a Associação de Enfermeiros/as e Parteiras/as Registrados/as de Gana, a Associação de Administradores/as Universitários/as de Gana, a Associação de Professores/as Universitários/as de Gana, a Federação do Trabalho de Gana e o Sindicato dos/das Trabalhadores/as da Saúde de Gana. Os quatro sindicatos docentes envolvidos na greve da categoria em dezembro foram: a Associação Nacional de Professores/as de Gana – GNAT, a Associação Nacional de Professores/as Graduados/as – NAGRAT, a Coalizão de Professores/as Engajados/as – CCT e o Sindicato dos/das Professores/as e Trabalhadores/as da Educação – TEWU.

Os/As trabalhadores/as dos diversos sindicatos, trajando roupas e braçadeiras vermelhas, bradavam *Não cortem nossas aposentadorias*. O Dr. Baah (membro da liderança do GNAT) afirmou que os sindicatos não renunciariam à proteção das aposentadorias: “Não vamos ficar parados/as enquanto manipulam os fundos de pensão, deixando que os/as mais vulneráveis sofram porque outra pessoa cometeu erros” (GHANAIAN TIMES, 2022).

O mais esclarecedor nessa ação trabalhista em específico foi o comentário de um dos mobilizadores sindicais da greve geral, que observou:

Surpreendentemente, a maioria dos/as professores/as não tem a menor ideia de como são feitas as negociações salariais e, em vez de procurarem se informar, costumam criticar suas lideranças. Nos últimos meses, a união dos três principais sindicatos da educação contra as condições impostas pelo FMI é louvável e constitui uma boa medida para o futuro (EDUCANDGHANA, 2022).

É de grande importância explorar em maior profundidade o papel que os/as professores/as desempenham na resistência aos processos políticos globais, criticando os efeitos das políticas de mercado em suas vidas, seu trabalho e sua carreira, assim como sua disposição para construir um movimento de resistência a essas reformas.

Nos últimos cinco anos assistimos a um número excepcional de protestos docentes (em toda a África, nos Estados Unidos, no Oriente Médio e na América Latina) contra a privatização neoliberal e as políticas apoiadas pelo FMI. Assistimos também ao êxodo em massa de professores/as altamente qualificados/as devido aos encargos indevidos que a privatização, a concorrência e as medidas de austeridade impuseram a docentes das escolas públicas. O que tem sido particularmente instrutivo é como a organização de professores/as tem ampliado cada vez mais seu conhecimento a respeito de políticas macroeconômicas e a capacidade de analisar o impacto direto dessas políticas em suas vidas e trabalho, e como estão explicitamente enfrentando essas questões por meio de uma organização trabalhista maior e da ação direta.

A crise da dívida e as medidas de austeridade: por que os/as ganeses/as e todos nós precisamos nos informar sobre as políticas fiscais e de amortização da dívida

Desde a crise econômica global de 2008 tem havido um *boom* de empréstimos a países de baixa renda, à medida que credores/as privados/as obtêm lucros enormes de títulos soberanos emitidos por países de baixa renda, muitas vezes em moeda estrangeira, que são de alto risco e alto rendimento. Mas os riscos de inadimplência são significativos, pois amortizações elevadas e flutuações cambiais fazem dos empréstimos privados o tipo de dívida mais prejudicial (HICKEL, 2017). Isso resultou em grandes fugas de dinheiro público do Sul Global diretamente para bancos de Londres e Nova York (estima-se em US\$ 4,2 trilhões o pagamento de juros desde 1980 — superando em muito a ajuda que esses países receberam) (HICKEL, 2017). Hoje a mesma dinâmica de exploração ainda impacta negativamente o Sul Global. Uma crise financeira que começou nos países ricos teve efeitos devastadores nos países de baixa renda. A menos que credores/as privados/as sejam obrigados/as a participar do cancelamento da dívida, os países de baixa renda serão obrigados a gastar mais no reembolso da dívida do que na saúde ou outras prioridades de desenvolvimento.

A crise atual da dívida externa na África tem muitos pontos em comum com o sistema financeiro que sustentou a escravidão e o colonialismo, no qual “o valor financeiro era garantido com corpos humanos” (ROSCOE, 2020). Pessoas escravizadas eram usadas como garantia para financiar o transporte marítimo e a expansão das plantações de açúcar e tabaco, e os lucros fizeram com que Londres se destacasse como centro financeiro mundial. Isso tem parte nos níveis insustentáveis de dívida externa que vemos hoje. Todo esse contexto revela que, longe de ser neutro, nosso sistema financeiro continua reproduzindo desigualdades raciais sistêmicas tanto dentro dos países ricos quanto entre o Norte e o Sul Global.

Em 2022 Gana não conseguiu pagar US\$ 41 milhões em juros sobre um Eurobond de US\$ 1 bilhão,² o que levou o país a uma crise econômica ainda mais profunda. Durante esse período, de acordo com o Ministério das Finanças, os pagamentos de juros chegaram a algo entre 70% e 100% da receita do governo (REUTERS, 2023). É importante lembrar que os Eurobonds com juros altos de Gana têm sido comprados e vendidos nos mercados financeiros bem abaixo do valor nominal desde o outono de 2021, tendo chegado a menos de 50 centavos de dólar em junho de 2022. Isso significa que, quando pagos integralmente, os títulos dariam lucros substanciais a seus/suas detentores/as devido às altas taxas de juros de Gana e à compra barata da dívida (DEBT JUSTICE, 2023).

Os/As credores/as de Gana, especialmente os/as privados/as, concederam empréstimos a taxas de juros elevadas pela percepção de risco de emprestar ao país. A taxa de juros dos Eurobonds de Gana se situava entre 7 e 11% (BUSINESS GHANA, 2023a); esse

risco se tornou realidade com o advento da pandemia de Covid-19, o aumento dos preços dos alimentos, da energia e o aumento global das taxas de juros (BUSINESS GHANA, 2023b). Atualmente, os títulos de Gana são negociados na faixa dos 35 a 40 centavos de dólar, o que sugere que os/as detentores/as que compraram a dívida por cerca de 1 dólar já tiveram perdas substanciais; além disso, especuladores/as que compraram a dívida externa mais recentemente podem obter lucros enormes, a menos que haja um cancelamento significativo da dívida (AFRICAN FORUM AND NETWORK ON DEBT AND DEVELOPMENT, 2023). Também vale mencionar que os títulos de Gana são regidos pela lei da Inglaterra, o que significa que o Reino Unido poderia aprovar a qualquer momento uma legislação que impusesse a reestruturação da dívida a credores/as privados/as. Essa é uma questão fundamental e um exemplo do legado da colonização na África que os/as defensores/as da justiça fiscal e da descolonização discutem em relação a toda a infraestrutura de apoio financeiro.

Entre os/as defensores/as da remissão da dívida de Gana estão até especialistas em economia como o Dr. Vitus Azeem (presidente da Tax Justice Coalition – Gana) e o Dr. Bernard Anaba (analista político da organização progressista Integrated Social Development Centre, ou ISODEC), que têm feito apelos ao governo para que providencie os dados necessários para a análise da sustentabilidade da dívida com o FMI. Esses economistas pedem a revisão dos programas de amortização da dívida, ao mesmo tempo em que insistem para que o governo assuma maior responsabilidade financeira e transparência em relação à dívida do país e sua reestruturação para uma gestão eficaz e sustentável (SINGH, 2022). Outros economistas, como o Dr. Alex Ampaabeng (analista econômico sênior do Instituto de Governança de Recursos Naturais – NRGI), defendem com maior veemência o cancelamento da dívida, que ele sugere ser “uma decisão muito boa conforme qualquer parâmetro de avaliação, pois a realidade é de que não há saída para a situação em que o país se encontra” (AMPAABENG, 2023). Ele também sugeriu que “lacunas como baixo desempenho da receita, má gestão e gastos elevados devem ser eliminados para reduzir a frequência com que o país se encontra endividado e também para sustentar a economia” (AMPAABENG, 2023). E acrescentou: “Ou eles concordam com o cancelamento ou reestruturação da dívida, que favorecerá o atual ambiente econômico, ou então o país acabará entrando em inadimplência” (AMPAABENG, 2023).

Embora o cancelamento da dívida em Gana tenha sido cada vez mais defendido por vários/as economistas proeminentes, assim como por um número crescente de organizações da sociedade civil e sindicalistas, muitos/as formuladores/as de políticas públicas não deram apoio aos pedidos de remissão da dívida externa e, em vez disso, defendem a obtenção de um acordo de reestruturação melhor com credores/as privados/as – os/as quais, coincidentemente, terão altos lucros com a amortização adicional da dívida.

Defensores/as da justiça fiscal como a TaxEd Alliance, a Tax Justice Network e a Debt Justice começaram a organizar campanhas globais e regionais contra as iniciativas

de reestruturação da dívida do FMI e de credores/as privados/as, defendendo a remissão ou o perdão da dívida. Dado que credores/as privados/as originalmente obtiveram lucros extraordinários cobrando taxas de juros elevadas para compensar quaisquer riscos potenciais, seria razoável que – em vista da situação econômica atual em Gana e da incapacidade do governo de reembolsar esses empréstimos com juros elevados – aceitassem perdas (o seu “alto risco”) e concordassem com um cancelamento significativo da dívida externa. A diretora executiva da Debt Justice, Heidi Chow, explica: “Os especuladores emprestaram dinheiro a Gana a taxas de juros elevadas e compraram dívidas a preços baixos. Eles fizeram essa aposta para obter retornos lucrativos, mas acabaram perdendo e agora precisam assumir a responsabilidade cancelando a dívida de Gana” (CHOW, 2023).

De acordo com a Tax Justice Network-Africa (2023), esse endividamento elevado com credores/as privados/as constitui um alerta contínuo para outros países africanos que procuram os Eurobonds e a via da dívida comercial para financiar o desenvolvimento sem disporem de estruturas políticas e jurídicas adequadas para se proteger em tempos de dificuldade econômica generalizada. Na situação atual, o principal desafio na gestão da reestruturação da dívida de Gana é conseguir que os/as credores/as privados/as concordem com um cancelamento substancial da dívida. Gana é o quarto país a fazer pressão pelo alívio significativo da dívida externa, depois do Chade, da Zâmbia e da Etiópia.

Em janeiro de 2023 Gana anunciou que iria reestruturar sua dívida e se comprometer com o “fortalecimento das redes de segurança social, incluindo o reforço do programa existente de transferência de renda para famílias vulneráveis e a melhoria da cobertura e eficiência dos gastos sociais”, segundo anunciou o líder da equipe do FMI, Stephane Roudet (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2023). Em maio de 2023 o governo assinou um programa apoiado pelo FMI, que resumiu a crise:

A diminuição das reservas internacionais, a desvalorização do cedi, o aumento da inflação e a queda acentuada da confiança dos investidores nacionais acabaram desencadeando uma crise gravíssima. As autoridades tomaram medidas para combater estes desafios, incluindo a aceleração do ajuste fiscal. Além disso, o governo lançou uma reestruturação abrangente da dívida para fazer face às graves restrições financeiras e à insustentabilidade da dívida pública (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2023).

Oficialmente, de acordo com o FMI, as reformas de Gana estão “focadas em sustentar as finanças públicas e, ao mesmo tempo, proteger os/as mais vulneráveis/as; entre as mudanças estão a criação de um plano de médio prazo para gerar receitas, aumentar o cumprimento das obrigações fiscais, deixar as finanças do país mais transparentes e melhorar a gestão das indústrias públicas” (ROUDET, 2024 *apud* AL JAZEERA, 2022). Apesar disso, as isenções fiscais têm aumentado e o governo ganês ainda não está abordando áreas que deveriam gerar a receita necessária. “Segundo estimativas do FMI, Gana perde de 4% a 5% de seu PIB em isenções fiscais, o que equivale a cerca de US\$

3 bilhões a US\$ 4 bilhões por ano” (GHANA NEWS, 2023). Essa questão levou grupos da sociedade civil a trabalhar com funcionários/as do setor público, sindicatos e outros movimentos sociais globais para promover uma campanha de conscientização pública sobre justiça tributária e remissão da dívida.

Estratégias organizacionais e mobilização contra a austeridade e pela remissão da dívida

Conforme discutido anteriormente, uma das principais condições do empréstimo do FMI foi a imposição de um embargo aos aumentos salariais do setor público. Em resposta a essa condição e tendo em vista a relutância do governo em buscar outras formas de remissão da dívida, trabalhadores/as do setor público e organizações da sociedade civil continuaram pedindo o fim das negociações com o FMI e começaram a organizar grandes campanhas em torno da remissão da dívida. Embora as greves de 2022 não tenham impedido o governo de negociar com o FMI, elas mantiveram várias discussões em aberto, incluindo a reforma da política tributária, a proteção dos benefícios do setor público, o combate à má gestão governamental e à corrupção — temas que se tornaram parte fundamental das discussões sobre política fiscal.

Em janeiro de 2023 um grupo de organizações da sociedade civil – OSCs ganesas, junto a vários sindicatos, começou a solicitar a credores internacionais que cancelassem a dívida de Gana, a fim de tornar sustentáveis as metas e iniciativas de desenvolvimento. Em declaração, o grupo pediu apoio do G20 a Gana e, em particular, do Reino Unido, para “permanecer inadimplente com as obrigações para com todos os credores externos que se recusam a aceitar a escala necessária de cancelamento da dívida” (BUSINESS GHANA, 2023a). Os/As signatários/as indicam “que, em muitos países africanos, enfrentar a crise da dívida externa requer uma reforma da arquitetura financeira internacional por meio das Nações Unidas, que deve proporcionar financiamento para o desenvolvimento sustentável a todos os países” (ACTIONAID, 2023).

Aproveitando o impulso das greves sindicais em 2022, no início de 2023 mais de duas dezenas de grupos de pressão e campanhas se uniram e solicitaram a credores/as internacionais que cancelassem uma grande parte das dívidas de Gana, que ainda luta para lidar com uma crise econômica (REUTERS, 2023). Durante a campanha, a Coalizão pela Justiça Fiscal em Gana (2023) emitiu essa declaração:

Somos a favor da suspensão da maioria dos pagamentos da dívida externa de Gana até que os credores concordem em cancelar dívidas e cheguemos a uma situação sustentável. No entanto, condenamos a indiferença cada vez maior às advertências da sociedade civil quanto aos riscos elevados de vulnerabilidade da dívida insustentável de Gana e de muitos países africanos, num contexto de medidas manifestamente insuficientes por parte dos governos e dos credores internacionais para

resolver este problema que tem prejudicado o desenvolvimento da África há várias décadas consecutivas (*apud* AFRICAN FORUM AND NETWORK ON DEBT AND DEVELOPMENT, 2023).

Os/As signatários/as da carta, que incluíam Oxfam, Christian Aid, Caritas Gana, Debt Justice e ActionAid, afirmaram que “o principal desafio era conseguir que os credores privados concordassem com um cancelamento significativo da dívida” (AFRICAN FORUM AND NETWORK ON DEBT AND DEVELOPMENT, 2023). É importante ressaltar que o movimento de remissão da dívida também incluiu uma ampla gama de parceiros/as da sociedade civil, como Centro Integrado de Desenvolvimento Social – ISODEC, Caritas Gana, ActionAid Ghana, Faith in Ghana Alliance, Tax Justice Coalition Ghana e Fundação AbibiNsroma. Entre apoiadores/as internacionais da declaração estavam Education International, Caritas Africa, Debt Justice UK, o Asian Peoples’ Movement on Debt and Development, a Eurodad e Global Call to Action Against Poverty.

O diretor nacional da ActionAid Ghana, John Nkaw, sublinhou: “O apelo é feito para garantir que os menos privilegiados não sejam afetados injustamente pela crise econômica” (NKAW, 2023, *apud* AWAL, 2023). A ActionAid considera o apelo pelo cancelamento da dívida uma questão de direitos humanos. “As pessoas com poucos recursos em comunidades de difícil acesso, que já enfrentam os impactos mais graves da economia, não devem ser afetadas injustamente, ainda mais por causa de uma decisão coletiva do país” (NKAW, 2023, *apud* AWAL, 2023).

Um relatório regional de 2023 elaborado por ActionAid, TaxEd Alliance, Education International e outras organizações foi usado para construir a campanha regional. O relatório argumentava:

O G20 pode auxiliar ao deixar claro que Gana receberá apoio político e financeiro para permanecer inadimplente com qualquer credor que não aceite a reestruturação necessária da dívida. Além disso, os títulos de Gana em moeda estrangeira são regidos pela lei inglesa. O parlamento do Reino Unido poderia atualizar sua Lei de Remissão da Dívida (Países em Desenvolvimento) para especificar que nenhum credor pode processar, sob a lei inglesa, por mais do que teria recebido se tivesse participado da reestruturação da dívida no Common Framework. O povo de Gana sofreu muito com a crise. A inflação elevada afetou drasticamente a renda real, enquanto a queda nos gastos públicos per capita ameaça reduzir o acesso a serviços públicos essenciais. Os credores privados ricos devem dividir os custos de uma crise que ajudaram a criar e cancelar a dívida (DEBT JUSTICE, 2023)

Também vale a pena destacar que a crise da dívida em toda a África é um problema generalizado, e muitas dessas organizações procuraram chamar a atenção para a Declaração de Harare 5, que alerta para o grande risco de assistirmos a mais uma crise da dívida externa na África, semelhante às que se desenrolaram no final da década de 1980 e na década de 1990. A Declaração de Harare 5 convoca uma reforma da arquitetura

financeira internacional por meio das Nações Unidas, que poderia proporcionar financiamento sustentável para o desenvolvimento a todos os países.

O impacto da dívida e da austeridade na educação: responsabilidades internacionais e um caminho a seguir

A pandemia do coronavírus levou muitos países pobres a situações de endividamento, uma vez que foram obrigados a continuar cumprindo suas obrigações financeiras apesar do grave impacto nos seus recursos econômicos (THE FINANCIAL EXPRESS, 2022). O relatório *Care Contradiction: The IMF, Gender and Austerity*, elaborado por ActionAid, TaxEd Alliance e Education International, destaca como as recomendações políticas do Fundo Monetário Internacional em matéria de austeridade e cortes severos na despesa pública estão agravando as desigualdades globais, em particular as desigualdades de gênero, e expõe como o FMI falha em reconhecer e levar em conta o trabalho doméstico e de cuidados – sem remuneração e realizado sobretudo por mulheres – e se comprometer a abordar de que forma suas recomendações políticas aumentam esse fardo (PUBLIC SERVICES INTERNATIONAL, 2023).

Isso se soma a mais de 40 anos de neoliberalismo e à arquitetura financeira global que foi estabelecida inicialmente durante a colonização e continuou nas décadas de 1950 e 1960, apenas para dominar as políticas macroeconômicas que refletiam os interesses do FMI, internalizando as microfinanças e focando em cortes nos gastos públicos. O resultado foi, durante décadas, o subfinanciamento crônico dos serviços públicos (especialmente a educação) e o foco na privatização. Como mencionado, houve aumento significativo nos empréstimos a países de baixa renda, sendo que credores/as privados/as estão obtendo lucros substanciais com títulos soberanos emitidos por esses países, muitas vezes em moeda estrangeira, que são de alto risco e alto rendimento. No entanto, os riscos de inadimplência são evidentes, pois amortizações elevadas e flutuações cambiais tornam esse tipo de dívida a mais arriscada. Isso resulta em grandes quantias dos fundos públicos fluindo do Sul Global diretamente para bancos em Londres e Nova York: estima-se em US\$ 4,2 trilhões os pagamentos de juros desde 1980 – o que supera significativamente o montante da ajuda que esses países receberam (HICKEL, 2017). A menos que credores/as privados/as sejam obrigados/as a participar do cancelamento da dívida, os países de baixa renda serão obrigados a gastar mais com a amortização da dívida do que com saúde ou outras prioridades de desenvolvimento.

Mas há um caminho claro a seguir, e a comunidade global já está imaginando um futuro diferente: organizando campanhas locais, regionais e globais que desafiem a austeridade, pressionando os governos a adotarem políticas tributárias progressistas e apelando à comunidade internacional para que conceda a remissão da dívida. Neste artigo

explicamos como as organizações docentes também trabalharam com outros sindicatos e OSCs para informar o público, enfrentar o FMI e defender a amortização da dívida. Também argumentamos que o envolvimento dos/das professores/as deve ser central nas discussões governamentais sobre finanças, apoio, tributação e orçamento. Esse é um reconhecimento importante, dado que a falta de diálogo social e de consulta esteve entre as principais preocupações dos sindicatos docentes consultados pela Education International na sua avaliação da iniciativa Education for All (EI, 2015). Embora os governos tenham se comprometido a estabelecer mecanismos de diálogo constante e a permitir que a sociedade civil contribua para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de educação, a grande maioria das organizações informou que raramente ou nunca é consultada durante o processo de elaboração do orçamento (EI, 2015). Em muitos contextos, os governos desconsideraram, minaram ou reprimiram abertamente o envolvimento dos/das educadores/as na governança da educação. Nas situações em que foram consultados/as, a consulta foi meramente pró-forma.

Pesquisas anteriores mostraram que em negociações orçamentárias e financeiras prévias que incluíram organizações docentes não havia mecanismos com credibilidade para acompanhar a execução do orçamento e, eventualmente, denunciar a corrupção (EI, 2015; EI & ACTIONAID, 2009). A fim de garantir uma alocação orçamentária eficaz, devem ser implementadas medidas para combater práticas corruptas por meio da transparência e da abertura no planejamento e na execução orçamentária (EI, 2015; EI & ACTIONAID, 2009). Particularmente nos países onde a oposição política é fraca, as OSCs podem ser o único grupo confiável e apto a exigir responsabilidade do governo para garantir que as perspectivas e os interesses de excluídos/as e marginalizados/as sejam expressos (ICF 2016). Especialmente no que diz respeito às despesas com educação, a sociedade civil deve estar apta a acompanhar os investimentos anuais. A transparência insuficiente no desenvolvimento e na implementação do orçamento nacional para a educação representa atualmente um grande obstáculo à melhoria da eficácia e da equidade do sistema (EI & ACTIONAID, 2009; EI, 2015; IFC, 2016).

O Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, fez um apelo recente por reformas profundas na estrutura das finanças internacionais, para que possam servir de forma mais eficiente às necessidades dos países em desenvolvimento. Na cerimônia de abertura da Cúpula Anual da União Africana de 2023, na Etiópia, ele explicou: “O sistema financeiro global nega rotineiramente (aos países em desenvolvimento) a remissão da dívida e o financiamento concessionário, ao mesmo tempo em que cobra taxas de juros exorbitantes” (GUTERRES, 2023, *apud* PARAVICINI, 2023). O Secretário Geral compartilhou posteriormente, numa coletiva de imprensa, que “a ONU gastará US\$ 250 milhões de seu fundo de emergência, a maior alocação de todos os tempos, para responder a várias crises ao redor do mundo, incluindo ajudar comunidades que correm risco de fome na África” (PARAVICINI, 2023). As conversas têm sido contínuas na ONU, e a

justiça tributária e a remissão/perdão da dívida foram pontos de discussão proeminentes nas reuniões da Assembleia Geral de setembro de 2023.

A recente mobilização de educadores/as, sindicatos e organizações da sociedade civil em todo o mundo demonstra o papel valioso que os/as professores/as e suas organizações podem desempenhar quando envolvidos/as na tomada de decisões para a formulação e monitoramento do orçamento, a fim de garantir um investimento mais equitativo e eficaz dos recursos. Seguem alguns exemplos das tentativas mais recentes de educadores/as, sindicatos e OSCs de mudar o discurso e criar a compreensão de que outro mundo é possível — particularmente em termos de reformas do setor público.

A Cúpula da Educação Transformadora da ONU, realizada na sede da organização em Nova York em setembro de 2022, foi a reunião de mais alto nível sobre educação da história. Ela contou com a participação de ativistas de OSCs e ONGs, grupos da sociedade civil e organizações de professores/as, que se reuniram e exigiram uma agenda alternativa radical. Muitos desses grupos (incluindo a TaxEd Alliance e a ActionAid) usaram a plataforma da ONU para promover uma campanha global que exigia o seguinte:

Reafirmar a soberania das reformas educacionais pelo governo: em que as nações africanas se uniram para contestar políticas e programas relacionados à ajuda internacional e à imposição externa sobre o financiamento interno.

Revisar orçamentos nacionais e tributação: os governos devem rever a dimensão global dos orçamentos nacionais, com enfoque especial nas medidas relacionadas à tributação. As pessoas e empresas ultrarricas e extremamente abastadas devem pagar a sua quota justa para aumentar o apoio global à educação e aos serviços do setor público. Um apelo para que os governos mantenham 20% da quota do orçamento para a educação foi fundamental para a revisão do orçamento. Embora isso seja importante, seu alcance é limitado.

Voltar-se para o financiamento interno: a comunidade internacional e as organizações de apoio ao desenvolvimento devem mudar o foco da educação e do desenvolvimento para o financiamento interno. Na maioria dos países, mais de 80% dos gastos com educação provêm de financiamento interno. Portanto, é necessário aumentar o tamanho do bolo, em vez de disputar as migalhas. A campanha *Dívida e Justiça Fiscal* pediu medidas fiscais em nível nacional, incluindo o aumento da relação entre impostos e PIB por meio de impostos progressivos (que transfeririam o ônus para indivíduos/as e empresas mais ricos/as dos países).

Abordar a crise da dívida global: não só os gastos nacionais devem ser o foco das reformas orçamentárias e financeiras, como também é necessário agir sobre a crise da dívida global. Isso significa que “quando discutimos ajuda e financiamento ao desenvolvimento, precisamos reconhecer que muitos países estão gastando mais com a amortização da dívida do que com os setores de educação e saúde juntos” (ARCHER, 2022). A campanha exige medidas em matéria de política fiscal no nível internacional, centrando-se na

alteração das regras fiscais globais para se afastar das metas da OCDE, como medida essencial para reverter a crise da dívida!

Ação sobre a dívida global: A comunidade global deve tomar medidas sobre a dívida global, começando por aqueles casos em que a amortização da dívida excede os gastos com serviços públicos essenciais, como educação e saúde.

Ação sobre a austeridade: a comunidade global também deve desafiar o foco do FMI/inadimplência em cortar os gastos com salários do setor público e não aumentar os impostos — professores/as e profissionais de saúde são os/as mais afetados/as por esses cortes.

Mudar a mentalidade: por fim, por meio da educação e da criação de campanhas nacionais sobre a importância do setor público e do combate à austeridade, as nações devem criar ações para mudar a mentalidade — considerando a educação como um investimento nacional e não como consumo individual.

Em 2022, sindicatos do setor público (incluindo organizações de educadores), movimentos de justiça social e econômica e organizações da sociedade civil de todo o mundo se reuniram na conferência *Nosso Futuro é Público*, no Chile, para discutir o “fortalecimento dos serviços públicos para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais”, assim como para abordar os desafios das mudanças climáticas. A reunião ocorreu de 28 de novembro a 2 de dezembro de 2022 em Santiago. Mais de 450 pessoas participaram presencialmente e mais de 1.000 online, oriundas de mais de 100 países. Estiveram presentes movimentos sociais, sindicatos, organizações de direitos humanos, redes e coalizões globais, ONGs internacionais, ativistas jovens e muitos/as outros/as. Em 26 de janeiro de 2023, foi lançada a *Declaração de Santiago*, resultado dessa conferência, com o apoio de centenas de organizações de todo o mundo.

A *Declaração de Santiago* inclui um apelo à ação com muitas ideias para os próximos passos e o compromisso dos/das participantes de trabalhar em solidariedade entre setores e movimentos, construindo uma análise coletiva e apoiando o trabalho e as reivindicações uns/umas dos/das outros/as. Existe um desejo de reunir forças por trás de lutas coletivas icônicas, convidar uns/umas aos/as outros/as para reuniões importantes, compartilhar boas práticas e desenvolver programas e reivindicações coletivas (ACTIO-NAID USA, 2023). Alguns trechos da declaração ressaltam a importância dos serviços do setor público e de seus/suas trabalhadores/as nessas batalhas, especialmente em tempos de crise econômica:

A comercialização e a privatização dos serviços públicos e a mercantilização de todos os aspectos da vida têm levado a desigualdades crescentes e disparidades de poder que se tornaram arraigadas, beneficiando o lucro e a corrupção em detrimento dos direitos pessoais e do bem-estar ecológico e social. Isto afeta negativamente os/as trabalhadores/as, os/as usuários/as dos serviços e as comunidades, pois os custos e danos recaem desproporcionalmente sobre aqueles/as que historicamente têm sido explorados/as.

A desvalorização do status social dos/das trabalhadores/as do serviço público, o agravamento das suas condições de trabalho e os ataques contra seus sindicatos são alguns dos retrocessos mais preocupantes da nossa época e uma ameaça aos nossos espaços coletivos. Isso está profundamente ligado à organização patriarcal da sociedade, em que as mulheres, como trabalhadoras e cuidadoras, são subvalorizadas e absorvem os choques sociais e econômicos. Elas são as primeiras a sofrer com os cortes no setor público, perdendo acesso a serviços e oportunidades de trabalho digno e enfrentando uma carga crescente de trabalho não remunerado.

Os cortes de austeridade nos orçamentos do setor público e nas folhas de pagamento são impulsionados por uma mentalidade ideológica arraigada no Fundo Monetário Internacional e em muitos Ministérios das Finanças que servem aos interesses das empresas em detrimento das pessoas, perpetuando dependências e dívidas insustentáveis. Regras tributárias injustas, em nível nacional e internacional, permitem grandes desigualdades na acumulação e concentração de renda, riqueza e poder dentro e entre os países. A financeirização de uma ampla gama de ações e decisões públicas entrega o poder aos acionistas e mina a democracia (DECLARAÇÃO DE SANTIAGO, 2022).

Além disso, reivindica-se a criação de uma estrutura intergovernamental da ONU sobre tributos e a realização da 4ª Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento (entre muitas outras sugestões). A Declaração reconhece também os critérios raciais, patriarcais e coloniais de apoio e do desenvolvimento, afirmando:

A democratização da governança econômica com vistas a processos genuinamente multilaterais é fundamental para reformular o poder das organizações neoliberais dominantes e reorientar as instituições financeiras nacionais e internacionais, afastando-as dos critérios raciais, patriarcais e coloniais do capitalismo e guiando-as na rota da justiça socioeconômica, da sustentabilidade ecológica, dos direitos humanos e dos serviços públicos. É igualmente essencial fazer valer a dívida climática e ecológica do Norte Global, realizar uma redução acelerada do uso de energia e recursos materiais da parte das economias ricas, responsabilizar os grandes poluidores por suas infrações ao longo de gerações, acelerar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e priorizar a mudança do sistema financeiro (DECLARAÇÃO DE SANTIAGO, 2022).

Os movimentos mencionados acima são apenas alguns exemplos de organizações que se uniram para formar coalizões que defendem mudanças estruturais financeiras globais e justiça tributária. Eles ressaltam a importância de incentivar “um afastamento da política de austeridade, particularmente a pressão por cortes nos salários do setor público” (ARCHER, 2022) e fazer pressão pela remissão da dívida e pela tributação progressiva.

Considerações finais: educadores/as e defensores/as da educação devem se unir a outros movimentos trabalhistas e grupos da sociedade civil para aprender mais sobre e resistir aos projetos neoliberais de ajuste estrutural, subfinanciamento da esfera pública e privatização

Hoje educadores/as de todo o mundo sentem com bastante clareza a influência cada vez maior da austeridade e da privatização como um *ataque global* à educação, que desvia financiamento e recursos das escolas públicas, diminui a autonomia dos/das professores/as e precariza suas condições de trabalho. Greves e campanhas recentes de professores/as em todo o mundo têm agido contra as medidas de austeridade provocadas pelo pagamento da dívida externa e impostas pelas instituições financeiras internacionais, bem como se envolvem em lutas contra a proliferação de reformas voltadas para o mercado, tais como escolas particulares com mensalidades baixas e reformas na educação apoiadas em novas tecnologias.

Da Argentina ao Zimbábwe, professores/as estão enfrentando seus próprios governos e as instituições financeiras globais que desviam os fundos da educação pública para o setor privado. Está em jogo nessa luta a promessa da educação pública como um bem público. Eles/Elas argumentam que, sem recursos adequados e educação de alta qualidade para todos, a própria sociedade será prejudicada no que tem de fundamental.

Em outro artigo, documentamos como os últimos cinco anos foram um ponto de inflexão para essa nova onda de resistência dos/das professores/as (SPREEN, 2023). À medida que os/as docentes começaram a construir uma resistência significativa aos projetos neoliberais, também reconheceram que há muito mais em jogo e que trabalhar com outros setores públicos e sindicatos se tornou uma parte importante de sua organização. Os sindicatos mudaram suas reivindicações dos “essenciais” (principalmente salários, condições de trabalho e benefícios) para uma compreensão mais sutil das questões estruturais e econômicas maiores que afetam a educação e seu trabalho. As lutas desses/as docentes estão ganhando diferentes formas em diferentes países, mas muitas têm em sua essência uma crítica comum ao neoliberalismo, à austeridade e à privatização.

Cada vez mais os movimentos compartilham informações e estratégias, inspirando-se mutuamente a desafiar as políticas de austeridade neoliberais, exigindo salários justos, melhores condições de trabalho e aprendizagem e financiamento equitativo para as escolas. Numa análise das ações docentes a partir de 2018, documentamos como os/as professores/as lideraram greves conjuntas que conectaram e mobilizaram ações em todo o mundo:

[...] professores/as na Guiné, em colaboração com sindicatos de outros setores, lideraram uma greve exigindo salários mais altos para os/as educadores/as e preços mais baixos para combustíveis e alimentos... Professores/as eslovenos/as também lideraram greves de grande porte, protestando contra a austeridade e exigindo uma remuneração para os/as educadores/as que esteja alinhada com as de outros

sindicatos do setor público ... Educadores/as da Costa Rica lideraram uma greve de três meses, em colaboração com outros/as trabalhadores/as do setor público, para protestar contra as reformas fiscais que afetariam a classe trabalhadora de forma desproporcional [...] Educadores/as iranianos/as lideraram greves em todo o país, exigindo “justiça educacional” e condenando a privatização da educação pública, a prisão de sindicalistas professores/as, a discriminação no sistema escolar, as más condições de trabalho e de aprendizagem, a má qualidade dos materiais educativos e o uso indevido de fundos públicos [...] Porto Rico tem uma tradição semelhante de organização contra o colonialismo e o racismo. Nos últimos anos, o país concentrou grande parte de sua organização na luta contra as reformas neoliberais que remodelaram suas instituições sociais, especialmente o ensino superior, desde a década de 1980 [...] Professores/as da Tunísia lideraram vários protestos em massa em Túnis, incluindo uma greve de meses que coincidiu com os protestos dos/das funcionários/as públicos/as contra as medidas de austeridade incentivadas pelo FMI [...] [pouco tempo depois] a Associação de Professores/as da Jordânia organizou uma greve nacional exigindo o aumento de 50% na remuneração dos/as professores/as, após protestos contra as políticas de austeridade incentivadas pelo FMI. Muitos/as educadores/as participantes se recusaram a aplicar provas, exigindo melhores condições de trabalho e aprendizagem, remuneração justa e redução da idade de aposentadoria. Educadores/as marroquinos/as com contratos provisórios lideraram uma onda de greves contra o governo, exigindo acordos de trabalho mais estáveis que oferecessem os mesmos benefícios que os dos/as educadores/as do setor público... Os sindicatos de educadores/as do Zimbábue lideraram uma greve nacional exigindo educação pública equitativa e salários justos para os/as educadores/as, seguida por uma greve conjunta de um dia liderada por educadores/as do setor educacional holandês, que afirmam ter sido inspirada pela onda de greves de professores nos Estados Unidos (STARK e SPREEN, 2020).

À medida que os cortes na educação e as iniciativas de privatização continuam crescendo em todo o mundo, as redes globais de educadores/as têm um potencial cada vez maior para desafiar essa ideologia, estabelecendo vínculos com outros/as trabalhadores/as do setor público, sindicatos, ONGs, sociedade civil e organizações acadêmicas e estudantis ativistas. Um dos argumentos centrais deste artigo é o de que os movimentos docentes não podem abordar as lutas pela educação separadamente das lutas sociais maiores ligadas a questões estruturais (como pobreza e desigualdade) e questões financeiras globais ligadas ao auxílio ao desenvolvimento. O que deve ser feito é a conexão e tradução dessas greves de educadores/as para a imaginação pública por meio de estudiosos/as e acadêmicos/as da educação, trabalhando em conjunto com a imprensa e outras campanhas públicas para transformar ideias e opiniões sobre a educação pública e a importância dos serviços públicos e do bem público. É imperativo que estudiosos/as, estudantes e acadêmicos/as ativistas façam parte e contribuam para essas lutas.

Embora tenham sido realizados inúmeros estudos e artigos ao longo de décadas documentando claramente o impacto do desinvestimento e do subfinanciamento na educação (BAKER, FARRIE & SCIARRA, 2016; DOWNES, 1992; KLEES, 2008), grande parte dessa pesquisa acadêmica teve muito pouco impacto sobre quem formula as políticas públicas. Isso não mudou a narrativa em torno das responsabilidades e deveres dos

governos ou das obrigações da comunidade internacional de trabalhar por um sistema social e econômico mais justo. A mudança só pode acontecer por meio da maior conscientização pública e da melhor compreensão das políticas macroeconômicas que regem a vida e os serviços prestados a cidadãos e cidadãs comuns. As iniciativas que visam educar o público e encontrar soluções para a crise econômica são vistas na nova onda de protestos docentes que criam conexões entre sindicalistas, trabalhadores/as e outros/as funcionários/as do setor público. Quando a sociedade civil e os/as trabalhadores/as se unem para lutar por aumentos nos serviços do setor público, políticas fiscais mais justas e remissão da dívida, estão conectando as estruturas e políticas que prejudicaram os/as assalariados/as. Hoje esses grupos estão trabalhando juntos para adotar uma abordagem de “pessoas acima dos lucros” — “um futuro que seja público nas nossas sociedades é aquele em que os grupos marginalizados não mais arcam com responsabilidades desiguais e em que os direitos de todos são respeitados e não dependem da capacidade de pagamento ou da lucratividade de um sistema” (ACTIONAID, 2023).

Por meio de protestos locais, campanhas globais e declarações públicas, sindicalistas, agentes da sociedade civil, ONGs, acadêmicos/as e sindicatos docentes de Gana e de todo o mundo estão imaginando novas maneiras de trabalhar juntos/as para desafiar governos e organizações financeiras internacionais, ao mesmo tempo que inspiram e motivam o público em geral a melhorar a qualidade e a relevância da educação e proteger o importante papel da educação pública como ferramenta de transformação social.

Notas

- 1 Artigo originalmente publicado com o título *Ghana's education and labour unions join civil society organisations to take on the IMF*, Carol Anne Spreen and Shari-Lee Carter, em *Globalisation, Societies & Education (Vol 23, Issue 1, 2025)*. Reproduzido com permissão de Informa UK Limited, que opera como *Taylor & Francis Group*: <https://www.tandfonline.com>. Tradução realizada por Érico Assis.
- 2 Eurobonds são títulos de dívida emitidos em moeda estrangeira em mercados fora do país da moeda, tais como os que Gana emitiu em dólares estadunidenses [N.T.].

Referências

ACTION AID. 2023. “Ghanaian Civil Society Call on Private Lenders to Cancel External Debt.” *ActionAid Ghana*. Accessed July 16, 2023. <https://ghana.actionaid.org/news/2023/ghanaian-civil-society-call-private-lenders-cancel-external-debt>.

ACTION AID USA. 2023. “On the Launch of the Santiago Declaration for Public Services, ActionAid Joins Hundreds of Organizations to Demand ‘Our Future is Public’ - ActionAid USA News.” ActionAid USA. Accessed January 12, 2024. <https://www.actionaidusa.org/news/on-the-launch-of-the-santiago-declaration-for-public-services-actionaid-joins-hundreds-of-organizations-to-demand-our-future-is-public/>.

- AFRICAN DEPT. 2024. *Statement by Mr. Bijani and Mr. Akosah on Ghana January 19, 2024. IMF Staff Country Reports, 2024(030), A005*. Retrieved Feb 22, 2024, from <https://doi.org/10.5089/9798400266768.002.A005>.
- AFRICAN FORUM AND NETWORK ON DEBT AND DEVELOPMENT. 2023. "Ghana is in Debt Crisis! And it is Right to Default until Creditors Agree to Cancel Enough Debt to Make It Sustainable. - AFRODAD." Accessed July 16, 2023. <https://afrodad.org/ghana-needs-debt-cancellation-and-is-right-to-default-until-creditors-agree/>.
- AKORLIE, C. 2022. "Crisis-hit Ghana Changes its Mind and Turns to IMF for Help." *Reuters*. Accessed July 16, 2023. <https://www.reuters.com/world/africa/crisis-hit-ghana-changes-its-mind-turns-imf-help-2022-07-01/>.
- AL JAZEERA. 2022. "IMF Agrees to Ghana \$3bn Debt Bailout. IMF Agrees to Ghana \$3bn Debt Bailout." *Aijazeera*. Accessed October 21, 2023. <https://www.aljazeera.com/economy/2022/12/13/imf-agrees-to-ghana-3bn-debt-bailout>.
- AMOAKO, S. 2014. "Black Board Struggles: Teacher Unionism Under the 'Democratic' Rawlings Regime 1992-2000." *Ghana Studies* 17 (1): 7-38. <https://doi.org/10.3368/ga.17.1.7>.
- AMPAAABENG. 2023, December 22. *National Forum Calls for Fairer, More Collaborative Tax Policies*. Business and Financial Times online. Retrieved January 6, 2024.
- ANTWI, Prince. 2022. "NLC Threatens to Take UTAG Back to Court." *The Ghana Guardian News*. Accessed July 16, 2023. <https://ghanaguardian.com/nlc-threatens-to-take-utag-back-to-court>.
- ARCHER, D. 2022, June 24. "Transforming the Financing of Education." ActionAid International. Accessed July 14, 2023. <https://actionaid.org/opinions/2022/transforming-financing-education>.
- ARCHER, D., and R. Saalbrink. 2021. "The Public Versus Austerity: Why Public Sector Wage Bill Constraints Must End." ActionAid International. Accessed July 14, 2023. <https://actionaid.org/publications/2021/public-versus-austerity-why-public-sector-wage-bill-constraints-must-end>.
- AWAI, Mohammed. 2023. "Pay Attention to External Debt to Lessen DDEP Burden - Experts to Gov't." *The Business & Financial Times*. Accessed July 13, 2023. <https://thebftonline.com/2023/01/26/government-debt-exchange/>.
- BAKER, B. D., D. Farrie, and D. G. Sciarra. 2016. "Mind the Gap: 20 Years of Progress and Retrenchment in School Funding and Achievement Gaps." *ETS Research Report Series* 2016 (1): 1-37. <https://doi.org/10.1002/ets2.12098>.
- BOATENG, B. 2023. "Coalition of Concerned Teachers-Ghana is Changing Its Name." May 24. Accessed January 13, 2024 from <https://bricyboateng.com/coalition-of-concerned-teachers-ghana-is-changing-its-name/>.
- BUSINESS GHANA. 2023a. "Private Lenders Urged to Cancel Ghana's External Debt." *Business Ghana*. Accessed July 16, 2023. <https://www.businessghana.com/>.
- BUSINESS GHANA. 2023b. "CSOs Call on Private Lenders to Cancel External Debt." *Business Ghana*. Accessed July 16, 2023. <https://www.businessghana.com/>.
- CENTRAL SECURITIES DEPOSITORY. 2023. "Ghana DDE Pension Funds Exchange Memorandum 31 7 2023 Final." Accessed November 16, 2023. <https://www.csd.com.gh/dde>.
- CHOW, H. 2023. *BBC World News*, January 26, 2023. Accessed July 13, 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=14vA6SYwqPg>.
- DEBT JUSTICE. 2022. "Ghana Needs Debt Cancellation, Not Private Lender Bailout." *Debt Justice* (blog). Accessed October 20, 2023. <https://debtjustice.org.uk/blog/the-paris-summit-progress-or-procrastination-in-the-fight-for-debt-cancellation>.

- DEBT JUSTICE. 2023. "Ghanaian Civil Society Call on Private Lenders to Cancel External Debt." *Debt Justice*. Accessed July 14, 2023. <https://debtjustice.org.uk/blog/the-paris-summit-progress-or-procrastination-in-the-fight-for-debt-cancellation>.
- DOWNES, A. S. 1992. *The Impact of Structural Adjustment Policies on the Education System in the Caribbean*. Accessed January 14, 2024. <https://uwispace.sta.uwi.edu>.
- EDUCANDGHANA. 2022. "Teachers Strike: Here are Their Demands IEGHN." *Educandghana*. November 8, 2022. Accessed July 10, 2023. <https://educandghana.net/teachers-strike-here-are-their-demands/>.
- EI (Education International). 2015. *Teachers Assessing Education for All - Perspectives from the Classroom*. Brussels: Education International.
- EI (Education International) and ActionAid. 2009. *Toolkit on Education financing*. Johannesburg: Education International: Brussels and ActionAid.
- THE FINANCIAL EXPRESS. 2022. "Debt-laden African Countries Charged 'Extortionate' Rates, UN Chief Says." *The Financial Express*. Accessed October 16, 2023. <https://thefinancialexpress.com.bd/world/africa/debt-laden-african-countries-charged-extortionate-rates-un-chief-says>.
- GHANA BUSINESS NEWS. 2022. "NAGRAT Warns of Strike Over Cost of Living Allowance." *Ghana Business News*. Accessed July 13, 2023. <https://www.ghanabusinessnews.com/2022/06/25/nagrat-warns-of-strike-over-cost-of-living-allowance/>.
- GHANAIAN TIMES. 2022. "Health Sector Workers to Join Labour Unions Indefinite Strike on Dec 27." *Ghanaian Times*, December 22. Accessed July 15, 2023. <https://www.ghanaiantimes.com.gh/health-sector-workers-to-join-labour-unions-indefinite-strike-on-dec-27/>.
- GHANA NATIONAL ASSOCIATION OF TEACHERS. 2023. *Welcome*. Accra: Ghana National Association of Teachers. Accessed November 26, 2023 from <https://www.ghanateachers.com/>.
- GHANA NEWS. 2023. "Government Debt Exchange." *Ghana Latest News*, January 26. Accessed July 13, 2023. <https://ghananewss.com/government-debt-exchange/>.
- HICKEL, Jason. 2017. "Aid in Reverse: How Poor Countries Develop Rich Countries." *The Guardian*, January 14. Accessed November 17, 2023. <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2017/jan/14/aid-in-reverse-how-poor-countries-develop-rich-countries>.
- INTERNATIONAL COMMISSION ON FINANCING. 2016. *Spending Better, Smarter and More Equitably: Teachers Call for Action on Resource Effectiveness and Transparency*. Global Education Opportunity Component 2_Spending Better_Draft Report March 16, 2016. Education International.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. 2023. "Ghana: Request for an Arrangement Under the Extended Credit Facility-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Ghana." Country Report No. 2023/168. WASHINGTON, DC: International Monetary Fund. Accessed July 10, 2023. <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2023/05/17/Ghana-Request-for-an-Arrangement-Under-the-Extended-Credit-Facility-Press-Release-Staff-533541>.
- KLEES, S. J. 2008. "A Quarter Century of Neoliberal Thinking in Education: Misleading Analyses and Failed Policies." *Globalisation, Societies and Education* 6 (4): 311-348. <https://doi.org/10.1080/14767720802506672>.
- ODONKOR, Naa Shomei. 2022. "Yield to Teacher Unions' Demand on GES Director-General - Students." *Ghana News Agency*. Accessed July 10, 2023. <https://gna.org.gh/2022/11/yield-to-teacher-unions-demand-on-ges-director-general-students/>.
- OFORI, I. 2020. "Teacher Unionism: The Lost of Trust and Possible Alternative (s)." *All Teachers Alliance Ghana*.

ACCESSED NOVEMBER 26 2023. <https://atag.org.gh/teacher-unionism-the-lost-of-trust-and-possible-alternatives/>. Owusu, Jesse. 2022. "Teacher Unions/ Employment Ministry Meeting Inconclusive, Strike Continues." *Ghana News*

AGENCY. Accessed July 15, 2023. <https://gna.org.gh/2022/11/teacher-unions-employment-ministry-meeting-inconclusive-strike-continues/>.

PARAVICINI, Giulia. 2023. "Security and Food Crises Expected to Dominate African Union Summit." *Reuters*. Accessed July 10, 2023. <https://www.reuters.com/world/africa/security-food-crises-expected-dominate-african-union-summit-2023-02-17/>.

PUBLIC SERVICES INTERNATIONAL. 2023. "New Report Exposes the Extent of IMF's 'Pink Washing'." Accessed November 16, 2023 from <https://publicservices.international/resources/publications/new-report-exposes-the-extent-of-imfs-pink-washing?id=13398&lang=en>.

REUTERS. 2023. "Ghana-Based Aid and Advocacy Groups Call for Debt Cancellation Amid Crisis." *Reuters*. October 21, 2023. <https://www.reuters.com/world/africa/ghana-based-aid-advocacy-groups-call-debt-cancellation-amid-crisis-2023-01-18/>.

ROSCOE, Phillip. 2020. "How the Shadow of Slavery Still Hangs Over Global Finance." *The Conversation*. August 21, 2020. <https://theconversation.com/how-the-shadow-of-slavery-still-hangs-over-global-finance-144826>.

SANTIAGO DECLARATION. 2022, December 2. *Our Future is Public: The Santiago Declaration on Public Services*. Retrieved at <https://peopleoverprof.it/resources/news/our-future-is-public-santiago-declaration-on-public-services?id=13578&lang=en>.

SINGH, Tanupriya. 2022. "Ghana's Unions and Left Reject Bailout Talks with the IMF as Economic Crisis Spirals." *Portside*. Accessed October 21, 2023. <https://portside.org/2022-07-21/ghanas-unions-and-left-reject-bailout-talks-imf-economic-crisis-spirals>.

SPREEN, C. A. 2023. *The Global Education Reform Movement and Teacher Struggles Against Neoliberalism*. Bahia:

GESTRADO Research Institute, December 2023. Invited keynote: unpublished.

STARK, L., and C. A. Spreen. 2020. "Global Educator Movements: Teacher Struggles Against Neoliberalism and for Democracy and Justice." In *Strike: Fighting for the Future of Public Education*, edited by Rebecca Kolins Givan and Amy Schragger Lang, 63. University of Michigan Press.

Declaração de divulgação

Os autores não informaram nenhum conflito de interesses em potencial.